

## Fim dos contratos precários!?

*Este foi um dos assuntos prioritários na audiência com a Reitora*

A nova diretoria da AduSP foi recebida pela professora Suely Vilela em 5 de julho, em audiência na qual foram abordadas diferentes questões importantes para nossa categoria. Estiveram presentes os professores Otaviano Helene, Marco Brinati, Carla R. O. Carvalho, Marcos Magalhães, Marcelo L. M. Pompêo, da atual diretoria, e Ciro Correia, ex-presidente da AduSP. Acompanharam a reitora o vice-reitor, professor Franco Maria Lajolo, a secretária geral, professora Maria Fidela de Lima Navarro, a procuradora-chefe da USP, Ana Maria da Cruz, e pelo DRH, Maria de Lourdes Pires Bianchi e Salvador Ferreira da Silva.

### Precários e TCE

Na primeira parte da reunião, que tratou da 6ª Etapa do Programa de Apoio aos Concursos Públicos para o Provedimento de Cargos de Professor Doutor, a diretoria da AduSP colocou em discussão as seguintes questões: a garantia de vagas para os docentes com contratos precários; a suspensão de concurso já aberto, em função da não inscrição de professores contratados; o que ocorrerá com os mestres contratados. A diretoria da AduSP solicitou, também, informações sobre o posicionamento da Reitoria frente às medidas tomadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) contra os contratos realizados pelas universidades estaduais paulistas a partir de 2004.

A Reitoria informou que essa 6ª etapa seguirá a mes-

ma “dinâmica” das anteriores. No entanto, a Reitora apontou que não é possível garantir vaga ao docente com contrato precário, na eventualidade de ele não ser o indicado em concurso, mas prontificou-se a analisar caso a caso. Essa análise poderia resultar na contratação do indicado e, ao mesmo tempo, manter o docente com contrato precário na vaga, pelo menos até a próxima avaliação para fins de recontração. Quanto à suspensão de concurso já aberto na unidade, caso um docente com contrato precário não se inscreva, os processos serão enviados à Reitoria, que

novamente avaliará a situação, caso a caso.

Atualmente há cerca de 800 professores em situações de contrato precário na USP, sendo 747 doutores e 34 associados. A 6ª etapa não contempla os atuais auxiliares de ensino (12 docentes) e assistentes (118 docentes). A Reitora reiterou sua intenção de que por meio desta etapa seja possível regularizar todos os contratos precários ainda existentes na USP, que envolvem cerca de 300 professores que não realizaram concursos nas etapas anteriores e os mais recentemente contratados, incluindo os da EACH, onde houve “excepcionalidade para proces-

sos seletivos”, mesmo após a deliberação do Conselho Universitário, em março/2004, de que não mais houvesse processos seletivos para ingresso na carreira docente.

Quanto às decisões do TCE, que alega ilegalidade de contratos feitos pela USP a partir de 2004, a professora Suely informou que a Reitoria está em fase de recurso, alegando que há entendimentos distintos sobre o que sejam cargos e funções. Ficou o compromisso da Reitoria de informar claramente toda a comunidade universitária, tão logo seja possível, sobre os resultados do recurso que tramita no TCE. Sobre esse ponto a

AduSP observou que a ação do TCE é resultado de irregularidades que a USP cometeu.

Aos questionamentos da AduSP quanto à discrepância de dados constantes do Anuário Estatístico da USP, referentes a cargos e funções, a Reitoria respondeu que foram criados pela Assembléia Legislativa 1.900 cargos de professor-doutor; quanto ao restante, reconheceu ter sido resultado de confusão da administração na contagem de cargos relacionados a mestres, extintos no mesmo projeto de lei que criou os 1.900 cargos. A Reitoria compro-

**continua na p. 2...**

## Nova diretoria da AduSP toma posse

Em uma cerimônia no auditório do Instituto de Estudos Avançados, em 29/06, tomou posse a nova diretoria da AduSP, que estará à frente da entidade até 2009. Precedendo essa cerimônia, aconteceu uma assembléia ordinária que aprovou o relatório de diretoria, incluindo a tesouraria, referente ao último biênio.

Durante a cerimônia, o professor César Minto, que deixava a presidência, apresentou um balanço das atividades da associação no último período. Para ele, “essa diretoria, que atuou de forma bastante colegiada, fez o que era possível realizar nesse período. Todos os colegas tiveram um empenho

muito grande, e é possível dizer que obtivemos algumas vitórias significativas”.

Ao receber o cargo, o novo presidente da AduSP, professor Otaviano Helene, fez um breve discurso, no qual apontou para a necessidade de reforçar a mobilização: “Internamente, na AduSP, nós temos que aumentar a militância, o número de sócios, a presença da AduSP nos vários *campi*, nas várias unidades”. Entre as questões que estarão na pauta da entidade no próximo período, Helene citou a Reforma Universitária, o problema do ensino a distância, o financiamento da educação (tanto em nível nacional como estadual), o Plano Estadual



Daniel Garcia

**Professores Carla Carvalho, César Minto e Otaviano Helene**

de Educação, as campanhas salariais, as fundações privadas e a democratização da universidade.

Além de docentes da USP, estiveram presentes também representantes do An-

des-Sindicato Nacional, do Sintusp, do Sintunesp e da Adunicamp, que fizeram uma saudação à nova diretoria. Após a posse, houve um coquetel comemorativo na sede da AduSP.

## ... continuação da capa

meteu-se a corrigir tal informação no Anuário da USP.

### SPPrev

A Adusp observou que, no tocante à São Paulo Previdência (SPPrev), criada pela Lei Complementar nº 1010/07, várias questões permanecem sem resposta: como serão tratados os precários, aposentados ou não, e os efetivados após 2003, que têm desconto previdenciário integral.

A manifestação da Reitoria foi a seguinte: ainda não há definição sobre o regime de previdência complementar, portanto permanecem as normas atuais; hoje a SPPrev tem regime solidário; os que ingressaram entre 1993 e 2003 têm aposentadoria integral, com paridade e cálculo de média salarial.

### Estatuinte

Na audiência, a Adusp reafirmou à professora Suely Vilela sua decisão (tomada na Assembléia Geral de 20/6) de defender a convocação de uma Assembléia Estatuinte da USP, soberana e democrática, convocada exclusivamente para esse fim, com a participação de estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores, eleitos em cada unidade de modo proporcional, para discutir e propor reformas no Estatuto. Informou à Reitoria que enviou ofício às outras categorias, com o intuito de que discutam tal proposta.

A Reitora reiterou o compromisso que firmou com estudantes e funcionários de dar apoio à realização do V Congresso da USP e levar suas deliberações à Comissão da Reforma do Estatuto, constituída em 2005 pelo Conselho Universitário.

Cobramos que não haja inclusão na pauta do Conselho Universitário de discussão deliberativa sobre a questão. A Reitora argumentou que não será realizada reforma estatutária na USP de modo a “atropelar” a comunidade universitária.



### Ação do Gatilho

No que se refere à Ação do Gatilho, a Adusp manifestou sua preocupação pelo fato de não ter tido qualquer retorno por parte da Reitoria após a reunião havida com as representantes da USP em 1º/9/2006. Essa reunião foi conseqüência de conversa anterior com a Reitora e tinha o objetivo de verificar em que medida as partes, Adusp e Reitoria, poderiam superar dificuldades na execução da ação para que os beneficiários pudessem receber, o mais breve possível, aquilo a que têm direito, evitando situações protelatórias no âmbito do processo. Na ocasião, a Reitoria foi representada pela procuradora-chefe, Ana Maria da Cruz, e pela advogada Lívia Maria Armentano Koenigstein Zaço, do gabinete da Reitoria. Concordeu-se então em procurar acertar as divergências quanto à listagem dos beneficiários, de modo a permitir entregar ao juiz uma relação acordada entre as partes e em acertar

a sistemática de cálculo, para o ano de 1987, do montante representado pelo pagamento em atraso de gatilhos salariais, bem como dos gatilhos que deixaram de ser pagos naquele ano. Além disto, as representantes da Reitoria ficaram de levar à Reitora o nosso entendimento de que seria oportuno agendarmos nova reunião para tratar do item da sentença que determina a incorporação, aos salários atuais, do resíduo de 32,96%, remanescente em 1987, bem como o pagamento de todas as diferenças de vencimentos decorrentes de tal incorporação.

Embora a Adusp tenha cumprido, em 15/9/2006, sua tarefa de encaminhar à Reitoria os reparos que entendemos necessários na lista que a USP fez publicar no dia 17/02/2006, bem como a planilha com o detalhamento de como entendemos que deva ser calculado o montante devido aos docentes pelos gatilhos devidos e pagos em atraso no ano de 1987, continuamos

sem uma resposta a essas questões, mesmo tendo enviado um novo ofício, com esse propósito, em 28/3/2007.

A professora Suely Vilela comprometeu-se a verificar com sua equipe as situações que teriam levado a não termos ainda superado esses itens e concordou que se realize, até meados de agosto, nova reunião técnica entre representantes da Adusp e da Reitoria. Nessa reunião, trataríamos da lista e da sistemática de cálculo dos gatilhos devidos e pagos em atraso no ano de 1987 e, em seguida, marcaríamos nova reunião, com a presença da Reitora, para tratar das demais implicações da sentença já transitada em julgado em favor da Adusp.

Nossa expectativa é a de que essa agenda agora seja de fato efetivada, de modo a permitir agilizar a execução da ação no interesse de todos.

### LDO 2008

Quanto à atuação da Reitoria junto ao Executivo e ao Le-

gislativo, tanto pelo aumento de verbas para a educação superior, como para a Educação em geral, a Reitora informou que o Cruesp enviou emendas propondo recursos adicionais na LDO-2008. Nas palavras da professora Suely Vilela, tais recursos “deverão vir” na Lei Orçamentária Anual (LOA-2008), devido à incorporação da atual Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP). [Nota do editor: isso corresponderia à promessa feita em ofício pelo então secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, João Carlos de Souza Meirelles, quando do envio da “proposta” de incorporação da extinta Faenquil à USP. Naquela ocasião, o Secretário havia se comprometido com um aumento de recursos para a USP na proporção de 0,05% do ICMS a cada ano até atingir 0,25%, o que teria sido usado como argumento a favor da decisão do Conselho Universitário sobre tal incorporação em 2005.]

Quanto aos 9,57% referentes à Lei Kandir e mesmo ao desconto indevido da Habitação antes do repasse às universidades, a informação transmitida pela Reitoria foi categórica: ainda não tem resposta!...

### Greve e ocupação

Sobre esse assunto a Reitora declarou que está configurado o direito de manifestação de estudantes e funcionários, e que os fatos decorrentes da ocupação da Reitoria serão apurados por uma Comissão de Sindicância. A Adusp reiterou sua posição: somos veementemente contrários a qualquer forma de punição aos que lutam por uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, como ratificado pela Assembléia Geral de 23/5.

A audiência foi longa e respondeu a algumas questões, deixando várias outras em aberto. Ficaremos atentos aos desdobramentos.

# Estatuante na ordem do dia para democratizar a USP

As recentes Assembléias da Adusp deliberaram por um processo estatutário democrático, cujas deliberações sejam tomadas por um colegiado autônomo, que deve discutir exclusivamente questões estatutárias, dissolvendo-se em seguida. Essas são condições necessárias para a elaboração de um novo Estatuto para a USP, que seja democrático e comprometido com as necessidades e anseios da população, e que garanta a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A necessidade de uma reforma do Estatuto já é bastante antiga; o atual estatuto, extremamente autoritário e antidemocrático, têm criado inúmeros problemas ao longo do tempo. Esses problemas têm suas raízes nos aspectos abaixo mencionados, entre outros.

## O poder na USP

- Poder desmesurado para o segmento dos professores titulares, que controlam todos os colegiados e aos quais está reservado o privilégio — vedado aos demais docentes — de candidatar-se aos principais cargos da administração da USP: reitor, diretores de unidade e chefes de departamento;
- auto-replicação da estrutura de poder, com reitores indicando diretores que farão parte do Conselho Universitário (CO) e, também, terão forte peso nas indicações dos representantes de congregações no CO;
- baixíssima representatividade docente no CO, com apenas um representante para cada nível da carreira;
- elevada participação, no CO e em colegiados deliberativos das unidades, de pessoas vinculadas às fundações privadas e, portanto, com in-



teresses econômicos junto à universidade;

- forte acoplamento da carreira docente à estrutura de poder, comprometendo o peso acadêmico dos concursos;
- representação discente no CO inferior até mesmo mesmo àquela que é exigida pela LDB;
- representação quase nula dos funcionários;
- um sistema eleitoral esdrúxulo, especialmente na escolha de reitores, com um colégio eleitoral que muda do primeiro para o segundo turno e cuja palavra final é externa à Universidade, cabendo ao Governador escolher o nome dentre uma lista tríplice.

## Estrutura perversa

A *Revista Adusp* 35, de outubro de 2005, denunciou os aspectos mais perversos da estrutura de poder na USP, revelando que, comparativamente a outras universidades públicas, estaduais e federais, ela apresenta um perfil profundamente antidemocrático. Os privilégios concedidos aos professores titulares asfixiam a USP, como se constata pela leitura daquela publicação: “Os titulares são 833 na USP, mas ocupam 76 dos 108 assentos do CO, ou 70,4%. A subcategoria docente mais numerosa na USP, os professores doutores, que são 2.726, ocupa apenas 2 dos 108 assentos, ou 1,9%” (*Revista Adusp* 35, p. 15).

Estudantes e funcionários também são subrepresentados no colegiado mais importante da universidade. Em 2004, os 43.878 alunos de graduação contavam com apenas 8 representantes no CO (7,4% dos assentos no colegiado); os 31.259 alunos de pós-graduação tinham 4 representantes (3,7%); os 15.008 funcionários, por sua vez, contavam com meros 3 representantes (2,8% do total de assentos). Este quadro se reproduz, com pequenas variações, nos demais órgãos colegiados.

Essa estrutura de poder produz todo tipo de distorções, que não apenas se refletem internamente, mas tornam os órgãos decisórios

da USP insensíveis a questões maiores da sociedade. A Universidade não se propõe a contribuir para a solução de graves problemas da realidade brasileira, como é o caso da calamitosa educação pública em todos os níveis.

## O que mudar

O III Congresso da USP apontou diversos aspectos que devem ser mudados no Estatuto da USP para romper com a atual estrutura e dar à Universidade uma real capacidade de articulação que leve a uma atitude mais comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade e socialmente referenciada (e que nada tem a ver, portanto, com os serviços remunerados oferecidos por fundações e outros grupos privados às expensas da instituição pública).

Entre os principais pontos levantados pelo III Congresso, estão:

- Democratização da estrutura de poder, com votação paritária para reitor e que se esgote na instância correspondente ao cargo em questão;
- Escolha de dirigentes por chapas inscritas, objetivando a definição de programas de gestão e dificultando alianças ou acordos não explicitados aos eleitores;
- Acesso a cargos de direção independentemente da titulação, ou exigindo-se apenas o cargo de professor-doutor;
- Criação de uma plenária universitária com poder de decisão.

Essas e outras propostas do III Congresso têm por objetivo a construção de uma universidade realmente pública, que possa responder adequadamente às necessidades da população.

# “Poder e democracia nas Universidades Públicas”

A Adusp Regional Ribeirão Preto promoveu, no dia 27/6, a mesa-redonda “Poder e democracia nas Universidades Públicas”. Conduzida pelo professor José Marcelino, diretor regional da Adusp, a mesa-redonda contou com a participação dos professores Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), Alice Helena Campos Pierson (UFSCar) e Elisabeth Spinelli de Oliveira (USP) e do estudante Luis Eduardo Trevisan, do DCE.

“O Estatuto da USP é um fantasma. É como se estivesse congelado o espírito da Ditadura Militar”, declarou o

professor José Marcelino ao abrir o debate.

A professora Alice Pierson, ex-pró-reitora de graduação da UFSCar, lembrou a luta pela autonomia naquela instituição, onde se buscou “uma idéia de que a Universidade pode ser democrática, pode ser autônoma, isso não é nada que se contraponha à preocupação com a excelência”. De acordo com a professora, “excelência não significa superioridade, que você tenha que se impor frente a alguém, ou que algumas pessoas que dentro do sistema acadêmico tenham atingido posições mais altas,

em função da experiência, da vivência, da produção acadêmica, possuam maior poder dentro da instituição”.

Nem a Ditadura conseguiu inibir o pensamento crítico, disse o professor Edmundo Dias. “Temos que evitar falsas polarizações entre nós, atacar os problemas na raiz, e dar um combate àqueles que usam a Universidade para atender suas pesquisas e seus interesses particulares, ou partidários”. Segundo o professor, que é vice-presidente da Adunicamp, está havendo brutal redução do número de docentes e de funcionários, “portanto fazendo o que em economia chama-se a superexploração do trabalho”. No entanto, adverte, a Universi-

dade “ainda é um território onde se pode pensar com muita liberdade; tolher a autonomia da Universidade é reduzi-la a correia de transmissão do mercado ou do governo”.

Luiz Eduardo, do DCE, considera que existe o risco de a burocracia da USP ignorar os debates da Estatuante. “Não vão participar, não vão legitimar, vão falar: ‘O que vocês aprovaram aí?’ Não vão tentar disputar, e nem vão para o debate”. Segundo ele, os buro-



Debate na Capela, no campus de Ribeirão Preto

cratas que controlam a USP tendem a, posteriormente, rejeitar no Conselho Universitário as propostas aprovadas pela comunidade universitária. Para ele, a reforma do Estatuto conduzida pela Reitoria tem como finalidade aumentar a eficiência da instituição — e não ampliar a democracia.

## MPF-SP recomenda à Unifesp fim de cursos pagos na pós

O Ministério Público Federal (MPF-SP) recomendou à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que cancele a cobrança de taxas de inscrição, matrícula e mensalidade nos cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação conveniados ou vinculados à universidade. A recomendação é fruto de um procedimento administrativo solicitado pela Associação dos Docentes (Adunifesp).

O documento, que também pede a devolução dos valores já pagos pelos alunos, foi enviado ao Reitor e à Coordenadora dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e MBA-Proex da Unifesp, com prazo de 15 dias para informarem o cumprimento da recomendação. “A partir do recebimento da presente Recomendação, fica fixada a responsabilidade civil e administrativa dos gestores da Universidade pela ilegalidade decorrente do não-cumprimento das normas constitucionais e legais aqui referidas”, adverte, ao final do texto, o procurador Sérgio Suiama, do MPF-SP.

Atualmente, por intermédio de uma organização pri-

vada — Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (Fap-Unifesp) —, a Unifesp vem cobrando mensalidades de até R\$ 1.350 em dezenas de cursos de especialização e aperfeiçoamento. O procurador Sérgio Suiama considera que a cobrança por cursos organizados e oferecidos por universidades públicas fere os artigos 205, 206, 207, 208 e 211 da Constituição brasileira.

O artigo 205 “consagra a Educação como direito de todos e dever do Estado”, ao passo que o artigo 206, inciso IV, institui “o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. O artigo 207 prevê a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. O artigo 208, inciso V, “estipula que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a ‘garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística’”. Por fim, o artigo 211, parágrafo 1º, determina que a União financie as instituições de ensino públicas federais, mediante a alocação de recursos orçamentários.

## Educação sem aumento em 2008

No dia 11/7, a Assembleia Legislativa aprovou o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO para o Estado de São Paulo no ano de 2008. O texto aprovado mantém o percentual destinado às universidades públicas estaduais em 9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS e não contempla um aumento de verbas para a educação como um todo, nem prevê um percentual mínimo para o Centro Paula Souza (Ceeteps).

Com voto contrário das bancadas do PT e PSOL e do deputado Major Olímpio (PV), o plenário aprovou o parecer do relator do projeto, deputado Samuel Moreira (PSDB), que mantém os principais pontos do projeto enviado pelo governador do Estado, José Serra. Situação bastante diferente das ocorridas em 2005 e 2006, quando a Alesp aprovou aumentos nas verbas da educação, depois vetados por Geraldo

Alekmin e Cláudio Lembo.

Foram apresentadas diversas emendas que previam aumento do repasse às universidades para entre 10% e 12% do ICMS, mas todas foram rejeitadas, o mesmo ocorrendo com as emendas que previam aumento do percentual global destinado à educação (que passaria de 30% para entre 31% e 33% da arrecadação de impostos) e com as que vinculavam um percentual para o Ceeteps.

### Artigo 28

O relator também optou por manter o artigo 28, que autoriza o Tesouro estadual a deduzir das liberações financeiras para os órgãos públicos estaduais os valores equivalentes às dívidas que eventualmente tenham com a previdência do Estado.

Entre as poucas modificações realizadas no projeto do governo, está a volta da expressão “no mínimo”, no que diz respeito ao repasse para

as universidades públicas estaduais. Nos últimos anos, os projetos de LDO enviados pelo governo destinavam às universidades no mínimo 9,57% da quota-parte do ICMS. Estranhamente, o governador Serra preferiu retirar a expressão, constando simplesmente 9,57%. Foi acatada a emenda do deputado Mário Reali (PT), que restabelecia a redação dos anos anteriores. Também foi reintroduzido o parágrafo que obrigava o governo do Estado a prestar contas, trimestralmente, no *Diário Oficial*, dos repasses realizados às universidades.

O líder da bancada petista, deputado Simão Pedro, creditou as modificações à pressão da oposição: “A peça enviada pelo governo Serra ameaçava a redução da destinação de recursos para as universidades. Nós conseguimos sensibilizar o governo a manter os percentuais e conquistamos um mecanismo para verificar a liberação dos recursos”, afirma.